

PACHA: DEFENDENDO A TERRA

Extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe



Grisul

Grupo de Relações Internacionais e Sul Global

DESENVOLVIMENTO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Desde a colonização, América Latina e Caribe se inseriu internacionalmente em condições desiguais e de modo dependente em relação aos países desenvolvidos. Enquanto periferia, a função da região era a de produzir e exportar matérias-primas necessárias ao desenvolvimento dos países ricos. Durante a consolidação dos Estados nacionais, este modelo de produção primário-exportador se fortaleceu e, apesar das transformações, atualmente a região é uma das principais exportadoras de matérias-primas no mundo. Neste processo é fundamental compreender o papel do extrativismo, entendido como uma forma de acumulação e exploração de recursos naturais que não considera nem o limite dos recursos nem a sustentabilidade das práticas utilizadas.

Hoje, América Latina e Caribe é a região do mundo com mais defensoras/es da terra e ambientalistas assassinadas/os. Segundo o Global Witness, das/os 197 ambientalistas assassinadas/os no mundo inteiro em 2017, 116 morreram na região. Estas/es ativistas e lideranças sociais foram assassinadas/os por denunciar e enfrentar governos e empresas que se apropriaram das suas terras e contaminaram o meio ambiente. Brasil, Colômbia, México e Peru são os países mais afetados da região, mas em todos os demais Estados se registram também diversas formas de violência contra eles e elas. E este é só um dos meios extremos utilizados para silenciar as pessoas que levantam a voz para denunciar e atuam em legítima defesa de suas terras. Elas enfrentam diversas formas de criminalização dos protestos, tais como ameaças, violência física e sexual e processos legais agressivos. 60% dos assassinatos se relacionam com a agroindústria e o extrativismo vinculado a atividades de mineração.

A violência e os assassinatos das lideranças sociais e defensoras/es do meio ambiente na América Latina e Caribe é resultado das disputas pela terra e os recursos e, em termos mais gerais, pelo modelo de desenvolvimento. De acordo com a FAO, a região tem a distribuição da terra mais desigual de todo o planeta. Mais da metade das terras produtivas estão concentradas em 1% das propriedades de maior extensão, e apenas a parcela 10% mais rica da população regional possui 71% da sua riqueza e patrimônio. A terra em mãos de pequenos proprietários, famílias e mulheres diminui a cada ano e muitos recursos naturais estão em áreas indígenas e quilombolas ameaçadas pela invasão de terras por parte de governos ou empresas transnacionais.

Neste cenário de disputas, por que visibilizar os conflitos, os atores envolvidos e a criação de alternativas ao modelo de desenvolvimento extrativista? Ao contrário de considerar os povos como “objetos” de desenvolvimento ou suas “vítimas”, queremos destacar a agência dos coletivos e indivíduos em legítima defesa da terra e suas formas tradicionais de vida. Consideramos atores em conflito, por um lado, os atores públicos e privados – geralmente parceiros em projetos público-privados de desenvolvimento – e, por outro, os atores sociais que costumam ser criminalizados na defesa dos seus territórios e recursos. Entendemos as lutas e resistências dos atores sociais como parte de um movimento mais amplo de caráter global chamado Ecologismo dos Pobres

ou Movimento de Justiça Ambiental, como defende Joan Martínez Alier. Acreditamos também que as ações de protesto e oposição por parte das comunidades afetadas pelo extrativismo não são apenas reações, mas questionamentos do atual modelo de desenvolvimento de matriz extrativista e ocidental. Este modelo coloca a economia em primeiro lugar e promove a modernização e o crescimento econômico sem considerar os custos e os efeitos negativos. Em contraste, o Ecologismo dos Pobres critica as raízes coloniais, etnocêntricas e patriarcas deste modelo e promove alternativas.

Na América Latina e Caribe são os movimentos sociais e comunidades de atingidos, as mulheres, os indígenas e os afrodescendentes os que formulam as alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Porém, o poder na região é exercido desde as zonas centrais e urbanas sobre os territórios rurais, e continuam sendo as elites brancas e mestiças as que dominam e controlam os recursos. Estas elites governam, discriminam e exploram todos os habitantes, sobretudo as populações rurais e campesinas, constituídas por indígenas e afrodescendentes. As lutas e resistências destes povos são, portanto, desprezadas ou não consideradas centrais. De forma semelhante às mulheres, apesar de serem protagonistas nas lutas e processos de resistência, são também invisibilizadas e consideradas com frequência apenas vítimas.

Nas próximas páginas ilustraremos os impactos negativos do modelo de desenvolvimento extrativista, focando nossa atenção especialmente nas atividades de mineração, a partir dos casos registrados no portal Environmental Justice Atlas (*Ejatlas*). Apesar do portal registrar conflitos a partir da segunda metade do século XX, não especificaremos uma data exata, tendo em vista o caráter histórico e estrutural de muitos conflitos, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, com desdobramentos até os dias atuais. Na elaboração da cartilha, privilegiamos 259 casos e aprofundamos 10 exemplos que nos parecem ilustrativos por cada tema analisado. Desta forma, visibilizaremos os impactos do extrativismo sobre o meio ambiente, as lutas e resistências das mulheres, indígenas e afrodescendentes, assim como as ações de empresas transnacionais como a Vale. Mostraremos também alguns exemplos de deslocamentos forçados e criminalização dos movimentos e analisaremos alternativas formuladas a partir das cosmovisões dos povos de América Latina e Caribe. Resgatando as propostas de defesa da terra e *Bom Viver*, formuladas pelos povos andinos, decidimos render homenagem às suas lutas, escolhendo para a cartilha o termo Pacha, palavra *quéchua* que significa natureza, terra, mundo e universo e que tem inspirado as lutas em defesa da nossa mãe terra, a Pacha Mama.

SAIBA MAIS:

Environmental Justice Atlas – EJATLAS (<http://ejatlas.org/>)

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<http://www.fao.org/brasil/pt/>)

Global Witness (<https://www.globalwitness.org/en/blog/new-data-reveals-197-land-and-environmental-defenders-murdered-2017/>)

CONFLITOS POR MINERAÇÃO E EXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



Fonte: Elaboração própria com base no Environmental Justice Atlas (<https://ejatlas.org/featured/mining-latam>), 2018.

SAIBA MAIS:

Extrativismo: é um modelo de apropriação dos recursos naturais que inclui setores diversos como a mineração, a exploração de petróleo e a agricultura. A apropriação desses recursos acontece mediante práticas intensivas e com o objetivo de exportar matérias-primas aos mercados globais. Portanto, não se calculam os limites dos recursos nem as consequências que os processos extractivos provocam sobre a vida das pessoas e os territórios atingidos.

Justiça Ambiental: Princípio e movimento global constituído pelas lutas dos atores sociais que sofrem as consequências do atual modelo de desenvolvimento capitalista, baseado no crescimento econômico e na depredação dos recursos naturais. Neste processo, defende-se a distribuição equânime dos custos do desenvolvimento, a autodeterminação e a soberania popular e, a partir de outros saberes e cosmovisões, propõem-se modelos alternativos. O livro de Joan Martínez Alier, *O Ecologismo dos Pobres*, é uma referência neste campo.

Bom Viver: também denominado *Sumak Kawsay*, bom viver é uma formulação alternativa ao desenvolvimento que deriva das cosmovisões dos povos indígenas da região andina. Ao contrário da definição clássica de desenvolvimento que prioriza a economia, este enfoque de bem-estar constitui uma reação à materialização da vida e das pessoas e inclui noções como a felicidade, os direitos da natureza, a solidariedade e a cooperação entre indivíduos e coletivos.

IMPACTOS DO EXTRATIVISMO SOBRE O MEIO AMBIENTE

E a sétima é para baixo: com a terra que você pisa, de onde virá seu sustento.

Se você provoca a tempestade ou a seca, se o solo secar ou tremer, não haverá paz completa.

Os Sete Tipos de Paz – Filosofia Aymará.

Por que o meio ambiente?

As atividades derivadas do extrativismo – sejam mediante a mineração, a exploração de petróleo ou a monocultura de produtos primários como a soja e a cana de açúcar –, ao não considerarem as técnicas e os limites dos recursos naturais, têm profundos impactos sobre o meio ambiente. Estes impactos se tornam especialmente visíveis quando acontecem “acidentes ambientais”, como o rompimento da barragem de Mariana em Minas Gerais, mas são constantes e contribuem para aumentar problemas como a contínua emissão de gás carbônico e o aquecimento global. Ao contaminar as águas, o ar e a terra, a destruição ecológica que estes projetos promovem é elevada e, em alguns casos, total. Como evidenciam os 10 exemplos representados no mapa, os efeitos variam entre um projeto e outro, mas geralmente geram perda de biodiversidade, poluição do ambiente e de recursos vitais e vazamento de resíduos tóxicos com graves consequências sobre a saúde das comunidades atingidas. Estes efeitos são contrários à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que toda pessoa tem direito a uma qualidade de vida adequada para sua saúde. Os efeitos do extrativismo sobre o meio ambiente, com mais ou menos intensidade, acontecem em todos os países da América Latina e Caribe e atingem especialmente as mulheres e as populações camponesas, indígenas e afrodescendentes. Para aprofundar neste fenômeno, apresentaremos um caso emblemático registrado em um dos países mais afetados da região: Peru.

O caso da mina Santa Ana da empresa Bear Creek no Peru

Localizada na região de Puno, no sul do Peru, e próximo à fronteira com a Bolívia, encontra-se a mina a céu aberto Santa Ana. O projeto de exploração da região, rica em prata, passou a ser promovido pela empresa canadense *Bear Creek* em 2004, que anos depois obteve os direitos de concessão para explorá-la, programando o começo das atividades para 2012.

Um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), realizado em 2011, trouxe resultados que despertaram temor em relação à possibilidade de contaminação dos rios e lagos existentes nas redondezas da região – como os rios Callacami, Desaguadero e, em especial, o lago Titicaca, considerado o maior da América Latina em volume de água. Este estudo constatou, ainda, que a concessão mineira, além de ferir o previsto pelo artigo 71 da Constituição peruana, que proíbe a exploração de minas em locais fronteiriços, também invadiria a área de reserva de Aymará-Lupaca, o que poderia acarretar prejuízos ambientais e socioculturais irreparáveis,

uma vez que essa área, existente desde 1996, foi criada justamente com o objetivo de preservar a diversidade biológica, cultural e paisagística da região.

Neste contexto, foram realizadas palestras voltadas para a população envolvida e diretamente atingida pelo empreendimento, nas quais a *Bear Creek* defendeu os benefícios que a atividade de mineração traria à região. Ressalte-se que *Bear Creek* tentou, ainda, enfraquecer os resultados do EIA, alegando que se tratava de um relatório técnico, pouco claro e elaborado unicamente em inglês.

Não convencidos pelos argumentos trazidos pela empresa, líderes da comunidade Aymará se mobilizaram e organizaram uma série de protestos e manifestações contrárias à exploração da mina de Santa Ana em 2011. Esses eventos protagonizados por membros da comunidade afetada, no intuito de impedir o seguimento do projeto de exploração da citada mina de prata, ficaram conhecidos como “Aymarazo”. Os de maior impacto ocorreram entre maio e junho desse mesmo ano, quando foram realizadas marchas na região de Puno, bloqueios de rodovias – dentre elas a Desaguero, que liga o Peru à Bolívia –, bem como ataques contra policiais e ocupação de seus postos. Ao final desses confrontos foram registrados, além de milhões de dólares em prejuízos materiais, mais de trinta feridos e seis mortes.

No caso apresentado, percebe-se que o projeto de exploração de minério não respeitou a integridade das populações e dos ecossistemas locais. A grande mobilização protagonizada pelos Aymará atingiu o resultado esperado: em junho de 2011, o então presidente peruano Alan García revogou a concessão e proibiu a exploração da mina de Santa Ana. Entretanto, dezoito líderes da comunidade Aymará foram indiciados criminalmente por obstrução dos serviços públicos, perturbação da paz e extorsão agravada. Embora o promotor responsável pelo caso tenha retirado as acusações contra oito deles por falta de provas e, após julgamento, outros nove tenham sido absolvidos, em 6 de julho de 2017, o líder e defensor dos direitos humanos Walter Aduviri Calizaya foi condenado a sete anos de prisão e ao pagamento de uma multa de mais de 300 milhões de dólares. Da decisão ainda cabe recurso e a organização não governamental *Front Line Defenders* vem mobilizando uma forte campanha em favor de sua absolvição. O mencionado conflito pode ser considerado bem-sucedido, uma vez que as intensas mobilizações conseguiram impedir o prosseguimento das atividades da empresa *Bear Creek*.

SAIBA MAIS:

Base de dados de povos indígenas – Aymara (<http://bdpi.cultura-gob.pe/pueblo/aymara>) e Aymarazo (<http://rpp.pe/noticias/aymarazo>)

Front Line Defenders – Aymara Community leaders on trial (<https://www.frontlinedefenders.org/en/case/aymara-community-leaders-trial>)

Aymarazo - <http://rpp.pe/noticias/aymarazo>

Constituição do Peru de 1993 - <http://www4.congreso.gob.pe/ntley/Imagens/Constitu/Cons1993.pdf>

IMPACTOS DO EXTRATIVISMO SOBRE O MEIO AMBIENTE

*Conflitos por extrativismo com impacto ambiental, por local**

Extração de minérios no rio Luisa Tolima - Colômbia

Ameaças ao Cerro San Pedro San Luis Potosí - México

A exploração da mina de ouro e prata em San Luis de Potosí, por parte da empresa New Gold, está colocando em risco a existência do Cerro de San Pedro, considerado sagrado pelas comunidades locais, e gerou a oposição do Frente Amplo Opositor pelos impactos na água, no meio ambiente e na saúde da população.



Projeto Mirador de mineração na Cordillera do Condor El Pangui, Zamora-Chinchipe - Equador

O projeto de exploração do cobre da empresa chinesa ECSA, localizado em uma área de alta diversidade biológica e extrema fragilidade ambiental da Amazônia, habitada por comunidades indígenas Shuar, foi alvo de protestos e resistências de organizações sociais, unidas na Marcha Nacional pela Água, a Vida e a Dignidade dos Povos, organizada pela *Confederación Nacional de Comunidades Indígenas del Ecuador*.

Luta contra a mineradora Lisandro Proaño por contaminação San Mateo de Huanchor, Lima - Peru

Margarita Pérez Anchirayco é uma importante figura desta luta em defesa dos direitos da comunidade, pelos graves efeitos do projeto na saúde da população, principalmente crianças e mulheres. A ausência de resposta na justiça nacional levou o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que paralisou as atividades.

A transnacional Newmont contamina Rio Desaguadero La Joya, Oruro - Bolívia

Newmont, uma das principais mineradoras de ouro do mundo, pôs fim ao projeto, depois de 15 anos, pelas constantes denúncias das comunidades ribeirinhas por contaminação do rio com metais pesados. Além do fechamento da mina, os afetados exigem compensações econômicas por prejuízo ambiental e pelo uso de suas terras.

Efeitos ambientais das Minas Pascua Lama Huasco - Chile

O projeto argentino-chileno de extração de ouro, prata e cobre gerou forte oposição dos residentes locais e associações ambientalistas, preocupados com os efeitos da mineração no ecossistema. As mobilizações levaram à paralisação das operações da mina pelas graves irregularidades ambientais da empresa.

A extração de minérios no rio Luisa, por parte de diversas empresas, tem gerado importantes conflitos ambientais. A principal denúncia é pela contaminação do rio, que ameaça a existência de água para consumo humano e para as atividades agrícolas, e que começa a ter incidência na saúde da população local.

A resistência da comunidade de Casa Pueblo Adjuntas, Utuado e Lares, Jayuya - Porto Rico

A resistência de Casa Pueblo contra as operações de mineração fortaleceu a participação da população local e a sensibilidade com a conservação do recursos naturais. Em 2002, recebeu o Prêmio Internacional Goldman ao Ambiente pelos 35 anos de autogestão comunitária defendendo a água, as florestas e as pessoas.

Contaminação por chumbo em Santo Amaro Santo Amaro, Bahia - Brasil

A exploração de chumbo na região pela Companhia Brasileira de Chumbo afetou a atmosfera, rios e solo, assim como a saúde, a fauna e o turismo. Associações de afetados exigem uma reparação pela contaminação por metais pesados e seu impacto nas condições econômicas, sociais, culturais e ambientais locais.

1000 km

Projeto Aratiri de extração de ferro Florida, Valentines - Uruguai

O projeto gerou um dos conflitos ambientais mais importantes do Uruguai pelos efeitos na devastação do ecossistema original e os deslocamentos de população. Mobilizou a população pelo meio ambiente, a água e a saúde, com o Movimento em prol do Plebiscito Nacional Uruguai Livre de Mineração Metalífera a Céu Aberto (Uruguai Livre).

Contaminação do Rio Amanao pela Mina Alumbrera Belén, Catamarca - Argentina

A empresa multinacional Minera Alumbrera, que explora um dos dez maiores empreendimentos de cobre do mundo, tem sido denunciada por diversas organizações ambientalistas e investigada por possíveis vazamentos que estão contaminando o rio Amanao, com resíduos químicos que danificam os cultivos dos povos ribeirinhos.

*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

EXTRATIVISMO E DESLOCAMENTOS FORÇADOS

Hoje, chegamos aqui para solicitar o fechamento de Pascua Lama. (...) Nós estamos aqui para lhes dizer de novo que nós não precisamos do vosso dinheiro para nos desenvolver e que não estamos esperando compensações porque não há compensações para a morte da nossa Mãe. Nós apenas lhes pedimos que abandonem nossas terras e nos permitam continuar vivendo em paz.

Declaração da Comunidade Indígena e Agrária dos Diaguita Huascoaltinos (Protest Barrick).

Por que os deslocamentos forçados?

As atividades de mineração, como parte do extrativismo na América Latina e Caribe, além de renovar e reproduzir as relações de dependência, geram consequências negativas em diferentes âmbitos, já que representam um impacto direto na realidade socioeconômica, na saúde e no espaço ambiental das comunidades atingidas. Com a contaminação dos recursos naturais, as comunidades de atingidos/as são privadas das condições mínimas de subsistência e, muitas vezes, como no caso de indígenas e afrodescendentes quilombolas, são expulsos dos seus territórios tradicionais, em aberta violação aos seus direitos de propriedade coletiva reconhecidos por instrumentos internacionais. A saída forçada das comunidades atingidas é também resultado de fatores como a ocupação ilegal ou a compra de terras em grande escala, os despejos, a limitação das liberdades e a criminalização dos protestos, assim como ações contra os projetos extrativistas que incluem diversas formas de ameaça, perseguição e violência psicológica e física, inclusive assassinatos. A importância dos deslocamentos forçados reside no fato destes irem além de um inconveniente de realocação, mas significarem também a destruição de práticas e epistemologias tradicionais, eliminando, portanto, diversos modos de ver e interpretar o mundo. A partir dos dez casos representados no mapa, é evidente que muitos processos de deslocamento forçado são produzidos por projetos extrativistas ao longo dos países de América Latina e Caribe. Para aprofundar este fenômeno, apresentamos a seguir um caso emblemático com efeitos binacionais, na Argentina e no Chile.

O projeto binacional Pascua Lama da empresa Barrick Gold

O projeto Pascua Lama da empresa multinacional canadense *Barrick Gold*, atuante através da filial *Minera Nevada*, busca a exploração de ouro, prata e cobre concentrados na região do vale dos Andes, a uma altitude de 4.500 m, uma das mais altas do mundo. A mina é um projeto binacional, já que a exploração está localizada em ambos os lados da fronteira do Chile e da Argentina. Os dois países assinaram um acordo em 2007 para facilitar a atividade extrativista na região. Desde o seu início, o projeto tem sido acusado de cometer diversas violações de direitos humanos contra as comunidades indígenas na região, contaminações ambientais e deslocamentos forçados. Um dos primeiros problemas presentes em seus projetos iniciais foi a proposta de realocar geleiras que

estavam no local de exploração. A realocação seria realizada através do uso de explosivos para quebrar o gelo. Isso levantou grandes questionamentos de agências ambientais, de organizações não governamentais e de camponeses locais que dependem das geleiras para a circulação de água na região. Para resolver o problema, a empresa *Barrick Gold* redesenhou o espaço de exploração deixando as geleiras fora do fosso de mineração, alegando que assim elas não seriam afetadas pela exploração. Porém, em 2009, autoridades do governo chileno identificaram “impactos imprevistos” que, graças a pressões de ativistas e camponeses locais, levaram a uma multa de 16 milhões de dólares à empresa.

A comunidade indígena da região apresentou uma forte resistência desde o início da implementação do projeto. A Comunidade Indígena e Agrária dos Diaguita Huascoaltinos apelou a instâncias nacionais e internacionais, tendo em vista que o projeto levou à poluição e à redução do ciclo de água para a agricultura, resultando na destruição de formas de subsistência e de vida das comunidades e as forçando a saírem da região. As comunidades também sofreram com a apropriação de terras por parte da empresa, que forçosamente deslocou famílias para implementação do projeto. Em 2010, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) chamou o processo de deslocamento de uma “negação de justiça” cometida pelo governo chileno contra os grupos indígenas. Frente a essas alegações e ao aumento dos custos do projeto com sanções e multas, a *Barrick Gold* suspendeu o projeto em 2013. As lutas, porém, mantiveram o avanço da agenda contra a mineração na região. Na Argentina foi aprovada uma lei para a proteção de geleiras impondo limites à mineração e a proibição da mineração em regiões de geleiras. No Chile, a *Barrick Gold* ainda tenta salvar o projeto, mas encontra forte resistência da Corte Suprema de Justiça, que não está convencida da viabilidade ambiental deste.

Neste caso, assim como em exemplos semelhantes no Uruguai, no Brasil e no México, é preciso destacar a resistência das comunidades indígenas, que, em conjunto com organizações ambientais, levou à suspensão da mina e à sensibilização dos governos chileno e argentino e da comunidade internacional sobre os impactos ambientais e os deslocamentos forçados na região. Além disso, os grupos contrários ao projeto atuaram conjuntamente nos dois espaços nacionais, levando ao desenvolvimento de redes de ação coletiva. Contudo, embora a Corte Suprema de Justiça chilena tenha simpatizado com as causas ambientais, suspendendo as iniciativas de assinar uma nova permissão de exploração da região, o projeto ainda pode ser reaberto no país..

SAIBA MAIS:

Documentário El Oro de Pascua Lama (<https://www.youtube.com/watch?v=MzsNxaT2tTc>)

Site sobre conflitos com a Barrick Gold (<http://protestbarrick.net/section.php?id=14.html>)

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos (<http://www.oas.or-g/pt/cidh/>)

EXTRATIVISMO E DESLOCAMENTOS FORÇADOS

*Conflitos por extrativismo que provocaram deslocamentos de população, por local**



*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

Fonte: Elaboração própria com base no Environmental Justice Atlas, 2018.

LUTAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES

Vivíamos bem neste lugar, até que chegou a desgraça com a inauguração da via de trem e as empresas. (...) Muitas vezes lavamos roupa e mais tarde temos que lavar de novo porque se enchem de tanta partícula preta que chega por causa do trem e da fumaça que sai das fábricas.

Francisca Souza, moradora de Piquiá de Baixo.

Por que as mulheres?

A causa de fatores como a militarização dos territórios, a contaminação dos recursos naturais e a desarticulação das economias locais, o extrativismo afeta as vidas, os corpos e os territórios das mulheres. Os projetos extrativistas estão também associados ao aumento de fenômenos como a prostituição, o estupro, problemas de saúde, restrição da liberdade e deslocamentos forçados. Reforçando a cultura patriarcal existente na América Latina e Caribe, o extrativismo contribui também para consolidar papéis tradicionais de gênero e o modelo de masculinidade hegemônica. Diante deste fenômeno, a mobilização, resistência e luta das mulheres é permanente. Elas estão em primeira linha na luta pela terra e a defesa dos recursos naturais e são protagonistas de inúmeras mobilizações, como mostram os conflitos representados no mapa. Seu papel é fundamental como lideranças nos protestos e ocupações, mas também na proteção e a manutenção da vida. Apesar disso, elas enfrentam a invisibilização do seu papel e marginalização social. Contra elas se praticam também formas de criminalização específicas e, com frequência, são excluídas da propriedade da terra e na hora de negociar ou tomar decisões que afetam diretamente suas vidas. Para analisar este fenômeno, selecionamos um caso emblemático brasileiro.

O complexo siderúrgico em Piquiá de Baixo e seus efeitos

Na região de Piquiá de Baixo, instalaram-se, no fim da década de 1980, cinco empresas siderúrgicas: Viena Siderúrgica S.A, Gusa Nordeste S.A, Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar), Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré e Siderúrgica do Maranhão S.A (Simasa). Além disso, todo o minério de ferro extraído das minas de Carajás, exploradas pela Vale, passa por Piquiá. O complexo siderúrgico, essencial para o funcionamento da produção extrativa, somado à estrada de ferro necessária para o escoamento, tem gerado impactos gravíssimos na vida das mulheres que há gerações vivem na região. A situação das moradoras de Piquiá e os efeitos na saúde e na qualidade de vida são tão alarmantes que já foram assunto de denúncia do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

A estes empreendimentos juntou-se uma usina de produção de cimento, agravando ainda mais a situação da poluição do ar no bairro. Os veículos destas empresas, responsáveis pelo transporte de produtos como carvão, minério ou até mesmo ferro-gusa líquido, trafegam livremente pela rodovia que corta Piquiá, expondo as moradoras de

todas as idades a riscos de acidentes, ou mesmo derramamento de metal líquido. A poluição da água do Rio que atravessa a comunidade, causada pelas atividades industriais, tem afetado também negativamente o turismo nessa localidade.

Os altos-fornos lançam gases poluentes na atmosfera, além da fumaça e da constante poeira causada pelos caminhões das empresas que circulam na rodovia, geram diversos problemas de saúde para todas que ali vivem, principalmente para as crianças, que também são responsabilidade das mulheres, por serem as que, moldadas por uma sociedade machista, se ocupam das tarefas de cuidado da família. Ademais, as empresas chegaram com uma imposição de valores, sem diálogo e sem consulta às moradoras. Os relatos de violência física ao corpo das mulheres também foram diversos.

Neste conflito encontram-se, por um lado, comunidades em situação de pobreza e desigualdade que enfrentam a falta de políticas públicas de moradia, saúde e saneamento básico e, por outro, empresas com forte poder econômico. Não bastasse isso, tais impactos configuram-se como violações de direitos humanos ainda mais graves e sistemáticas, uma vez que a indústria poluente encontra no Estado um ente que favorece sua ação e não fiscaliza nem regula devidamente suas atividades extrativas e industriais.

A saída encontrada pelas mulheres, apoiadas pela Fiocruz e pelo Instituto PACS, foi a de fazer o próprio monitoramento das águas e do ar de Piquiá de Baixo, para que os dados fossem contrapostos aos das empresas, ao passo que trocaram e compartilharam experiências com outras organizações. Assim, mais instrumentos foram incorporados à luta, que também inclui o desejo do reassentamento das famílias para uma área sem contaminação direta.

Quando as mulheres atuam na mobilização política e participam das tomadas de decisão, elas redefinem sua posição social e desafiam as estruturas de dominação. “Uma coisa que aprendemos é que há também em outras zonas do Brasil e da América Latina bairros em situações parecidas com a nossa. Lugares contaminados por grandes empresas que prejudicam a saúde da população e do meio ambiente”, explica Joelma Alves, da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo.

SAIBA MAIS:

PACS – Do Maranhão ao Rio de Janeiro: populações resistem aos impactos da mineração (<https://www.youtube.com/watch?v=8Ppx4ij5-FI>)

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (<http://www.pacs.org.br>)

PACS; Rede Justiça nos Trilhos; Fundação Oswaldo Cruz (2017) – Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em áreas próximas dos complexos siderúrgicos. Relatório final (<http://www.pacs.org.br/files/2017/09/Rela%C3%ADoFinal-Final.pdf>)

Documentário “Otras voces por la tierra”: <https://www.youtube.com/watch?v=HzjNFaiHjP8>

LUTAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES

*Conflitos por extrativismo com protagonismo das mulheres, por local**

Projeto minerador El Tambor

San José del Golfo e San Pedro Ayampuc - Guatemala

A resistência das mulheres mestiças e Maya Kaqchikel das comunidades de San José del Golfo e San Pedro Ayampuc, junto com a frente de Resistência "La Puya" e a Rede Latino-americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais, conseguiu parar o projeto de mineração El Tambor, da empresa estadunidense Kappes Cassiday & Associates (KCA).



Violação dos direitos pela empresa Almaden Minerals
Iztacamaxtitlán, Puebla - México

A União de Comunidades em Defesa da Terra, a Água e a Vida, Atcolhua, com forte participação das mulheres, denuncia a violação de direitos pelo projeto Ixtaca, de exploração de ouro e prata pela empresa canadense Almaden Minerals.

Marcha contra a Mineração de Intag
Cotacachi, Imbabura - Equador

Várias organizações, dentre elas a Assembleia de Mulheres Populares e Diversas do Equador, rebelaram-se contra os projetos de mineração próximos à reserva ecológica Cotacachi-Cayapas, região de grande biodiversidade. Participam da Marcha pela Vida, a Água e a Dignidade dos Povos contra a mega-mineração no Equador.

Contaminação da Glencore na mina de cobre Tintaya
Espinhar, Cuzco - Peru

As comunidades, com forte participação das mulheres, denunciam as violações de direitos humanos e a contaminação ambiental pelo projeto de extração de cobre da mineradora suíça Glencore International AG.

Renamat contra Projeto mineiro Achachucani
Challapata, Oruro - Bolívia

A luta das comunidades, com forte peso das mulheres e em especial da Rede Nacional de Mulheres em Defesa da Mãe Terra, consegue parar o projeto de mineração de ouro Achachucani, reivindicando o caráter agrícola e pecuário da região.

Mobilização contra a mina da canadense Pacific Rim
San Isidro, Cabañas - El Salvador

A Mesa Nacional contra a mineração metálica conseguiu parar o projeto de exploração de ouro da empresa canadense Pacific Rim Corporation. A mobilização social, com protagonismo das mulheres, fez de El Salvador o primeiro país a proibir a mineração metálica pelos impactos ambientais e humanos.

Mulheres em defesa do Vale de Síria
El Porvenir, Francisco Morazan - Honduras

O Movimento Mãe Terra e o Comitê Ambiental de Valle de Siria, entre outros, denunciaram os graves problemas de contaminação e saúde gerados pelo projeto San Martín de extração de ouro pelas empresas canadenses Glamis Gold Corp Inc.

Defesa ambiental contra a mineração
Támesis, Antioquia - Colômbia

O Comitê pela Defesa Ambiental do Território propõe um "Cinto Ambiental Ocidental" contra os projetos de extração de ouro das empresas Sociedad Minera Solvista (Colômbia) e AngloGold Ashanti (África do Sul). As mulheres se organizaram no Circuito Econômico Solidário de Támesis.



Mulheres contra o projeto Aratirí de extração de ferro Valentines, Florida - Uruguai

O conflito gerado pelo projeto Aratirí de extração de ferro pelas empresas Zamin Ferrous (EUA) e Aratirí (Uruguai) impulsionou a criação do Movimento pelo Plebiscito Nacional Uruguayo Livre de Mineração Metalífera a Céu Aberto. As mulheres mostraram os impactos específicos que sofrem no projeto audiovisual "Otras voces por la tierra".

Mulheres contra a contaminação do Rio Huanuni
Dalence, Oruro - Bolívia

A Rede Nacional de Mulheres em Defesa da Mãe Terra denuncia a violência ambiental que sofrem as comunidades pelos impactos da Corporação Mineira da Bolívia, que também colocam em risco a vida do rio Huanuni.

*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS

A Mãe Terra é uma pessoa via, não podemos entender esse tipo de atividade nos opomos a isso, muitos animais da nossa região têm desaparecido, a vida é a terra, ela mantém a vida, a vida é água e sol; para nós o petróleo é um problema. Nos traz muita violência, com as empresas petrolíferas vêm também os grupos armados

Representante do movimento de resistência em Motilón Bari

Por que os povos indígenas?

O extrativismo está estreitamente vinculado ao colonialismo interno que caracteriza os países de América Latina e Caribe, ou seja, a continuidade ainda existente entre a dominação colonial e a situação atual dos países da região. Assim, os projetos extrativistas afetam sobretudo as populações rurais e grupos específicos como os indígenas. Um em cada três hectares de território concedido para a mineração, exploração petrolífera, agroindustrial ou florestal na região pertence aos povos indígenas.

A marginalização dos povos indígenas é histórica e implica sua exclusão social, econômica, política e cultural, assim como a subordinação dos seus saberes e cosmovisões. Apesar do reconhecimento formal dos direitos destes povos e da ratificação de instrumentos internacionais como o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a demarcação e ocupação de terras ancestrais por parte destas comunidades é lenta e, em alguns casos, registra retrocessos. Neste contexto, a ampliação da fronteira extrativista, sem consentimento nem consulta prévia, provoca cada vez mais conflitos, mas a luta e a resistência dos povos indígenas pela defesa dos seus territórios e dos recursos naturais são permanentes. Para ilustrar os efeitos sobre este coletivo, analisaremos um caso de um dos países mais afetados pelo extrativismo: Colômbia.

A mineração e outras atividades extrativas nos territórios do povo Motilón Barí

O povo Motilón Bari está situado na Colômbia e seu território é habitado há gerações pelos povos de Bari, compostos por cerca de 23 comunidades indígenas. O território é uma área rica em biodiversidade e caracterizada pela presença de minerais, madeira, petróleo e recursos hídricos, o que fez com que a região fosse alvo dos interesses corporativistas internacionais. Na década de 1990, companhias de petróleo, como a COLPET (*Colombian Petroleum Company*) e SAGOC (*South American Gulf Oil Company*), e mais recentemente a Ecopetrol, entraram na região. É fundamental ressaltar, também, a atuação do Estado colombiano como facilitador e colaborador na entrada e permanência dessas empresas, realizando uma verdadeira cooperação de forças para as severas extrações na região: em 2014 foram emitidas sete concessões para exploração de minas de carvão na área. Planeja-se que cerca de 270 milhões de barris de petróleo bruto sejam extraídos.

Nas negociações deste conflito interviram, a favor destas comunidades, atores governamentais como a Autoridade Nacional dos Governos Indígenas. Porém, outros órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento, acreditavam que a exploração dos recursos geraria retornos benéficos para o país. Por causa do deslocamento causado, a ACNUR também participou deste caso. Além das remoções, do aumento da violência e do crime, da perda de recursos de subsistência e da violação de direitos humanos, havia medo pelo potencial aumento da corrupção, assim como pela clara falta de segurança no trabalho, por demissões, desemprego e outros problemas sociais. Em luta, os grupos mobilizados eram principalmente trabalhadores informais da área, movimentos sociais a favor dos indígenas, fazendeiros, mulheres e comunidades próximas, que se comoveram e se somaram à resistência contra as empresas de extração.

A perfuração de petróleo e escavação de carvão não são as únicas ameaças para os povos indígenas de Bari; sua saúde e cultivos também suportam há décadas as consequências da fumigação aérea realizada pelo governo nacional. Outros riscos são as estradas que infiltram seu território, a presença de traficantes de drogas e as atividades de mineração de ouro. A chegada, em 1999, dos grupos paramilitares rebeldes “Bloque Catatumbo Bloque Norte” levou ao aumento da violência e à militarização da área pelo governo. O conflito foi intenso entre as partes, apresentando não só mobilização de massas, mas um alto nível de violência em uma ação preventiva de resistência às ações das organizações ali presentes. Uma plataforma de voz para este grupo foi o Tribunal Permanente dos Povos, ao qual os Motilón Bari recorreram em 2008. Graças aos protestos e mobilizações que resistiram contra os visíveis e potenciais impactos ao meio ambiente e a ênfase dada ao caso, o projeto da Ecopetrol foi parado.

Em 2006, a Corte Constitucional da Colômbia, após o caso ser levado ao âmbito internacional, ordenou a favor das comunidades indígenas, forçando as empresas relacionadas a suspenderem a exploração de petróleo e carvão no território. Porém, em 2014 foram emitidas sete concessões para exploração de minas de carvão na área. Mesmo que existam registros mais recentes, após esta decisão da Corte, os caminhos para um resultado melhor formulado são as alterações institucionais, decisão judicial, nova legislação e fortalecimento da participação destes povos. Os Motilón Bari precisam continuar resistindo.

SAIBA MAIS:

Asociación Pueblo Indígena Barí (<http://www.asocbari.org>)

Cultura Motilón Barí (<https://www.youtube.com/watch?v=RSeLkYlt-PI>)
Vulneração dos Direitos Humanos do povo Motilón Barí: <https://www.colectivodeabogados.org/?Vulneracion-de-los-Derechos>

Tribunal Permanente dos Povos (<http://permanentpeopletribunal.org/?lang=es>)

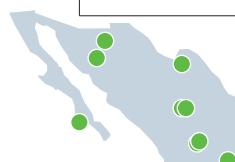
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (<http://www.acnur.org/portugues/>)

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS

*Conflitos por extrativismo com impacto em territórios indígenas, por local**

Comunidades contra o projeto Tuligic da canadense Almaden Minerals Iztacamaxtitlán, Puebla - México

Comunidades indígenas contrárias ao projeto de exploração de ouro e prata, em uma área de forte presença indígena, exigiram a consulta prévia das populações e criaram a União de Ejidos e Comunidades em Defesa da Vida, da Água e do Território, denunciando o Estado mexicano e as concessões pela violação de seus direitos comunitários.



Protestos contra Marlin, projeto da canadense Gold Corp San Marcos - Guatemala

Comunidades indígenas e campesinas enfrentam o projeto pelos impactos ambientais sobre o território, a água e a saúde dos moradores, opondo-se à mineração nas 58 consultas comunitárias realizadas. Apesar das mortes de líderes indígenas e ativistas, a grande resistência inspirou outras frentes de oposição à mineração no país.

Indígenas yukpa lutam contra a expansão da exploração de carvão Província Zulia - Venezuela

As tentativas de expandir projetos de exploração de carbono na Serra de Perijá contradizem a lei dos povos indígenas e a demarcação de terras indígenas. O impulso do extrativismo gerou uma forte resistência por parte dos indígenas yukpa, sem que suas demandas por terras e respeito de seus direitos tenham sido atendidas.

Comunidades indígenas contra a mineração ilegal em terras sagradas Santander de Quilichao, Cauca - Colômbia

Comunidades indígenas enfrentam mineradores ilegais que exploram ouro em territórios tradicionais e, principalmente, na localidade sagrada do Parque Natural Cerro de Munchique. Apesar das mobilizações, a exploração ilegal continua, gerando problemas ambientais e de saúde, perda de cultura e território, deslocamentos e até homicídios.

Protestos contra o projeto de mineração Curipamba Sur Las Navas, Bolívar - Equador

Camponeses, mulheres e indígenas mobilizaram-se contra a exploração de ouro e metais, expulsando os mineradores, por não realizarem estudos de impacto ambiental nem consultas às comunidades locais. A aprovação oficial do projeto gerou protestos, com forte repressão policial, que se uniram à Marcha Nacional pela Água, a Vida e a Dignidade dos Povos.

Indígenas contra o projeto de mineração de ouro Fruta del Norte Zamora-Chinchipe - Equador

O projeto da empresa Kinross enfrentou ativa oposição das comunidades tradicionais. O prefeito indígena da província declarou seu território "pulmão da terra" para evitar o avanço do extrativismo, unindo-se à Marcha pela Água, a Vida e a Dignidade dos Povos. Kinross informou que pararia o projeto, mas a chinesa Junefield parece ter interesse na região.

Mineração em Yaigojé-Apaporis vulnera os direitos dos povos indígenas Taraira, Vaupés - Colômbia

A empresa Cosigo e mineradores ilegais exploram ouro na região desde 2007, inclusive na serra de La Libertad, no interior das terras coletivas Yaigojé-Apaporis, local sagrado para as comunidades indígenas, vulnerando os direitos dos povos indígenas e a sustentabilidade do corredor biológico da região.

Comunidades yanomami da bacia do rio Ocamo afetadas por mineração ilegal Alto Orinoco, Amazonas - Venezuela

Desde 2009 existem denúncias de exploração de ouro ilegal na região de Alto Ocamo, com cerca de 1.000 garimpeiros de ouro trabalhando ilegalmente em terras Yanomami, apesar da pressão e mobilização da comunidade Yanomami e de outros grupos sociais. O cenário tem levado a assassinatos e massacres do povo Yanomami.

1000 km

Conflito entre indígenas e mineradora em Cinta Larga Rondônia e Mato Grosso - Brasil

As disputas pela exploração de diamantes em terras tradicionais existem desde os anos 1960. As comunidades indígenas continuam resistindo às iniciativas estatais para regularizar a exploração. Apesar da criação de uma reserva para preservar a comunidade, as fronteiras de suas terras têm sido constantemente reduzidas, suas exigências não têm sido atendidas e grupos de mineradores ainda invadem a região.

Comunidade indígena Tres Islas contra a mineração ilegal Tambopata, Madre de Deus - Peru

80% das terras da comunidade nativa Tres Islas dos povos Shipibo e Ese'Eja estão cobertas por 137 concessões de mineração. Cansados de ter suas terras invadidas, os grupos indígenas organizaram a resistência às invasões. As empresas denunciaram penalmente a comunidade, mas o Tribunal Constitucional decidiu a favor da comunidade.

*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS AFRODESCENDENTES

Os integrantes do povo Saramaka mantêm uma forte relação espiritual com o território ancestral que tradicionalmente usaram e ocuparam. As terras e os recursos do povo Saramaka formam parte de sua essência social, ancestral e espiritual. Neste território, o povo Saramaka caça, pesca e colhe, e coleta água, plantas para fins medicinais, óleos, minerais e madeira. Os sítios sagrados estão distribuídos em todo o território, toda vez que o território em si tem um valor sagrado para eles. Em especial, a identidade dos integrantes do povo com a terra está intrinsecamente relacionada à luta histórica pela liberdade contra a escravidão, chamada a sagrada ‘primeira vez’.

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), 2007.

Por que os afrodescendentes?

Apesar da ausência de registro, as populações afrodescendentes são um dos grupos mais afetados pelos efeitos do extrativismo e a invisibilização das suas lutas. Ao racismo, exclusão social, econômica, política e cultural que elas enfrentam na América Latina e Caribe, somam-se a expansão da monocultura, os projetos de mineração promovidos pelo Estado e as empresas multinacionais, assim como a exploração de outros recursos naturais nos seus territórios. O Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, que também reconhece os direitos dos afrodescendentes, foi ratificado pela maioria dos Estados da região, mas a demarcação de terras coletivas para estas populações avança lentamente e com diversas dificuldades. Neste sentido, a discriminação que elas/es enfrentam é múltipla e as consequências do extrativismo incluem a perda dos seus modos tradicionais de vida, a expulsão e o deslocamento forçado das suas terras, impactos negativos sobre a saúde e o bem-estar, o aumento da violência e a criminalização de protestos em defesa da terra e dos recursos naturais. Como exemplo destes fenômenos, apresentamos o caso do povo Saramaka no Suriname.

As violações dos direitos do povo Saramaka por parte do Estado de Suriname

Os membros do povo Saramaka (Saramacca ou Saamaka), também conhecidos como *maroons* – termo derivado de *cimarrón*, utilizado na colonização espanhola das Antilhas para denominar os africanos que escapavam da escravidão para se refugiar nas regiões mais inacessíveis das ilhas e formar comunidades autônomas, também denominadas quilombos ou palenques-, são descendentes de africanos originários de diferentes regiões e povos, que foram trazidos para a América na condição de escravos para trabalhar nas plantações de cana de açúcar. Elas/es escaparam da escravidão para se refugiar em comunidades independentes do poder colonial e formaram seus próprios quilombos, no Suriname e na Guiana Francesa, localizados no meio da Floresta Amazônica, e resguardados por um tratado de paz assinado com os colonos holandeses em 1762. Assim, os Saramaka recriaram as organizações sociais de povos africanos dos quais são descendentes e constituíram

uma sociedade original, com normas, política, religião e língua próprias.

Desde a década de 1960, os povos Saramakas foram ameaçados pela construção de barragens e de empresas multinacionais de exploração madeireira e mineração, que extraíam recursos com a aprovação do Estado de Suriname. Em outubro de 2000, a Associação das Autoridades de Saramaka, o *Forest Peoples Programme*, e David Padilla, ex-presidente da Bolívia, pediram à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que declarasse o Estado do Suriname culpado por violar os direitos do povo Saramaka, pelos efeitos negativos contínuos associados à construção da barragem hidroelétrica de Afobaka em 1960, e as concessões que afetaram e ainda afetam o cotidiano dos povos Saramaka. Em maio de 2007, a audiência foi celebrada na CIDH. A vitória foi para o povo Saramaka, pois o Tribunal concluiu que o Estado violou o direito à propriedade, o direito à personalidade jurídica e o direito à proteção judicial. Mesmo após essa vitória para o povo Saramaka e para a justiça ambiental, o Estado do Suriname não tomou as medidas necessárias para realizar as recomendações do Tribunal. Pelo contrário, o governo continuou com atividades que comprometem a sobrevivência do povo Saramaka, como concessões minerais e a exploração de madeira.

Na América Latina e no Caribe, a história dos afrodescendentes, é marcada por lutas e resistências que atravessam gerações. A este respeito, o processo de judicialização internacional das disputas de comunidades tradicionais, como a do povo Saramaka, têm se tornado o caminho mais comum para que os direitos de autodeterminação e as tradições destes povos sejam respeitados, e para que não sejam colocados como moeda de troca nas negociações entre os Estados e as grandes multinacionais. O caso do povo Saramaka nos mostra que o “desenvolvimento” na América Latina é um processo que vem muitas vezes acompanhado da militarização e da perda de direitos dos povos mais tradicionais. A resistência aguerrida do povo Saramaka e dos diversos povos em toda a América Latina contra os grandes projetos de exploração é talvez a única alternativa possível para barrar o avanço neoliberal e propor alternativas ao desenvolvimento vigente.

SAIBA MAIS:

Associação das Autoridades de Saramaka – Forest Peoples Programme:
<https://www.forestpeoples.org/partner/association-saamaka-traditional-authorities-vsg>

REBELO, M. (2011): “O povo Saramaka versus Suriname: Uma análise sob olhar de Glifford Geertz”. Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, 14, v. 1, pp.95-118 (<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernos-direito/index.php/direito/article/view/605/569>)

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname, 2007 (<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/cc1a1e511769096f84fb5effe768fe8c.pdf>)

Quilombos Latinoamericanos – Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL) (http://etnoterritorios.org/apc-aa-files/92335f7b3cf47708a7c984a309402be7/quilombos_latinoamericanos.pdf)

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS AFRODESCENDENTES

*Conflitos por extrativismo com impacto em comunidades afrodescendentes, por local**



Fonte: Elaboração própria com base no Environmental Justice Atlas, 2018.

** O Environmental Justice Atlas inclui dados sobre impactos em povos indígenas e grupos racialmente discriminados, mas não especifica os impactos sobre afrodescendentes salvo casos específicos. No mapa não aparecem, portanto, todos os conflitos envolvendo comunidades afrodescendentes, mas sim alguns casos específicos.

*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

EXTRATIVISMO E EMPRESAS MULTINACIONAIS: O CASO DA VALE

Após um ano da tragédia, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A. reafirma que o desastre da Samarco/Vale/BHP não pode ser entendido como um caso isolado e sim mais uma tragédia do setor da mineração.

Ao longo dos anos, temos denunciado muitas tragédias provocadas pela mineração da Vale S.A. sobre a vida de pessoas, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas e de populações urbanas empobrecidas.
Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, 2016.

Por que a Vale?

As empresas multinacionais, principais promotoras do extrativismo, desenvolvem megaprojetos que privilegiam seus interesses econômicos em lugar das pessoas e territórios atingidos. Neste processo, as principais protagonistas são as empresas do Norte Global, mas há uma participação crescente das multinacionais dos países emergentes, sobretudo asiáticas e latino-americanas. Apesar de serem originárias do Sul ou com capital prevalente desta latitude, os efeitos nocivos dessas empresas são elevados e semelhantes aos de multinacionais do Norte, contra as quais as organizações ambientais e a sociedade civil geralmente têm protestado. As lutas e resistências dos/as afetados/as pelas empresas multinacionais do Norte e do Sul mobilizam cada vez mais redes de ativismo transnacional.

Devido à importância crescente da expansão das empresas brasileiras na América Latina e Caribe queremos visibilizar o papel da Vale, uma das principais empresas mineradoras do mundo, com operações também no setor logístico e de energia elétrica. A Vale foi fundada em 1942 pelo Presidente Getúlio Vargas e posteriormente privatizada. Hoje, com sede no Brasil, é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores. Está presente em cerca de 30 países ao redor do mundo e, de acordo com Environmental Justice Atlas, 18 dos 23 conflitos em que a empresa está envolvida ocorrem na América Latina, especialmente no Brasil, mas também na Colômbia, no Peru e no Chile. Como demonstram os 10 casos representados no mapa, os efeitos negativos da atuação desta empresa são visíveis em diversos países, mas pela importância, simbolismo e atualidade do caso, aprofundaremos a história do rompimento da barragem de Mariana e suas consequências.

O caso do rompimento da barragem da Samarco em Mariana

Em novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Rejeitos do Fundão, situada no Complexo Industrial de Germano, na cidade de Mariana, em Minas Gerais. A construção localizava-se na Bacia do Rio Gualaxo do Norte, afluente do rio do Carmo, que, por sua vez, é um afluente do rio Doce. Esse desastre teve como principais consequências a poluição de mais de 300 km do rio Doce e a liberação de 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos,

o que resultou na morte de 19 pessoas, destruiu vilarejos e deixou mais de mil moradores da região desabrigados e sem água, além de ter ocasionado a morte de diversas espécies de animais.

A barragem pertencia à empresa mineradora Samarco Mineração S.A., controlada pela companhia Vale S.A. e pela BHP Billiton Brasil Ltda. Segundo laudo da Polícia Civil de Minas Gerais, o rompimento ocorreu em razão da liquefação dos rejeitos arenosos que sustentavam as elevações da barragem. Além disso, um relatório do Ministério Público do Trabalho e da Previdência Social aponta que elementos da estrutura, do funcionamento e da manutenção da barragem, como falhas na drenagem, erosões, vazamentos, trincas, etc., também foram responsáveis pelo rompimento.

O Ministério Público apresentou denúncia contra a Samarco, a Vale, a BHP Billiton e mais 23 pessoas, alegando responsabilidade por crimes ambientais e penais. Em momento posterior, ajuizou ação civil pública requerendo a reparação integral dos danos sociais, econômicos e ambientais causados pelo rompimento.

O desastre de Mariana também acionou a participação de movimentos sociais e sindicais. Uma importante organização envolvida foi a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, que tem como objetivo “fortalecer e ampliar a articulação das comunidades e organizações, em nível nacional e internacional, frente às violações de direitos humanos da empresa Vale S.A e de outras indústrias do setor da mineração”.

O desastre de Mariana, assim como outros casos em América Latina e Caribe, apresentou evidentes impactos negativos para a população, incluindo a morte de várias pessoas. Apesar disso, neste caso é possível vislumbrar aspectos positivos, como a articulação de diversos atores em formações como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que vêm continuamente lutando para defender os interesses não só do meio ambiente, mas de toda a população afetada por ações de grandes companhias, além de uma atuação institucional que não se mostra alheia a estes problemas.

SAIBA MAIS:

Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale (<https://atingidospelavale.wordpress.com/quem-somos/>)

Documentários sobre o desastre em Mariana – Olhar Mariana (<http://redeminas.tv/olhar-mariana/>)

Tragédia em Mariana (<https://www.youtube.com/watch?v=DvprawvqQgs>)

Comitê de Especialistas para Análise da Ruptura da Barragem de Rejeitos de Fundão – Relatório sobre as Causas Imediatas da Ruptura da Barragem de Fundão (<http://fundaoinvestigation.com/wp-content/uploads/general/PR/pt/FinalReport.pdf>)

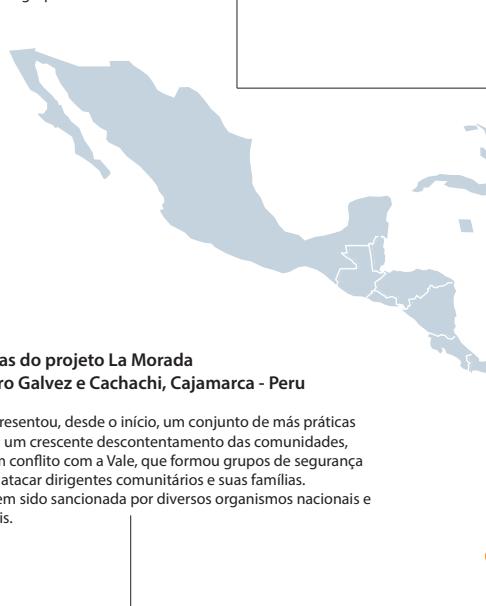
Ministério Pùblico Federal. Denúncia – apresentada perante a seção judiciária do Estado de Minas Gerais (<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>)

CONFLITOS PROVOCADOS PELA ATUAÇÃO DA VALE S.A.

*Conflitos por projetos extrativistas da Vale, por local**

Conflitos por extração de fosfato Bayóvar, Sechura - Peru

O projeto de extração de fosfatos tem apresentado conflitos por três motivos principais: as escassas vantagens regionais, os impactos no litoral (principalmente na pesca e produção de mariscos) e a possível presença e exploração de urânia, que teria grande impacto ambiental na região, na saúde da população e nas atividades agropecuárias.



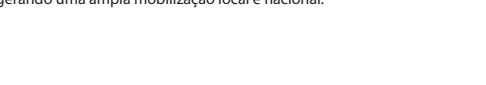
Más práticas do projeto La Morada Jesus, Pedro Galvez e Cachachi, Cajamarca - Peru

O projeto apresentou, desde o início, um conjunto de más práticas que geraram um crescente descontentamento das comunidades, levando a um conflito com a Vale, que formou grupos de segurança acusados de atacar dirigentes comunitários e suas famílias. A empresa tem sido sancionada por diversos organismos nacionais e internacionais.



Mineração, desmatamento e comunidades indígenas Corumbá, Mato Grosso do Sul - Brasil

As empresas extractivas, como a Vale, que atuam na terceira maior reserva de minério de ferro do país, são abastecidas com carvão derivado de madeiras nativas da região, em alguns casos por meio de desmatamento ilegal das terras indígenas Kadiwéu. Práticas delitivas têm sido denunciadas pelos povos indígenas e por organizações ambientais, gerando uma ampla mobilização local e nacional.



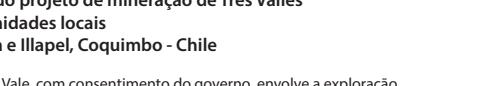
Impactos do projeto de mineração de Tres Valles nas comunidades locais Salamanca e Illapel, Coquimbo - Chile

O projeto da Vale, com consentimento do governo, envolve a exploração de duas minas e ocorreu sem o conhecimento das comunidades locais. Estas vivem de pequenas atividades econômicas de fruticultura e pastagem, e se veem afetadas pela perda de terras e pela contaminação dos principais afluentes de água.



Projeto de extração de Potássio no Rio Colorado Malargüe, Mendoza - Argentina

O projeto de extração de potássio da Vale no Rio Colorado, uma das bacias mais importantes da Argentina, foi apresentado como um dos maiores investimentos estrangeiros no país. No entanto, o risco de salinização do rio, o enorme consumo de gás, e, principalmente, a ausência de acordo sobre as facilidades tributárias para a empresa e os benefícios para a região terminaram levando à suspensão do projeto, deixando desempregadas 3.500 pessoas que trabalhavam na construção da mina.



Impactos ambientais e sociais da extração de carvão El Paso e La Jagua de Ibirico, Cesar - Colômbia

Conflito entre as comunidades da região e empresas que extraem carvão, dentre elas a Vale, em uma das maiores minas do mundo, tem gerado importantes consequências ambientais e sociais, sem que as populações locais se vejam beneficiadas pelos resultados dessa exploração em termos de desenvolvimento humano.

Comunidades quilombolas contra a mina de bauxita Oriximiná, Pará - Brasil

35 comunidades quilombolas lutam contra a exploração madeireira e contra as companhias de mineração, dentre elas a Vale, para defender a integralidade de seus territórios. As atividades dessas companhias são responsáveis pelo desmatamento e pela migração forçada de centenas de famílias quilombolas.

Impactos do transporte de caulim em terras indígenas Moju, Pará - Brasil

674 famílias quilombolas que vivem em Moju sofrem os impactos negativos do transporte de caulim (argila branca) realizado pela Vale. Essas comunidades reclamam a realização de um estudo de impacto ambiental, assim como a construção de serviços básicos para a população.

1000 km

Desastre de Mariana pela ruptura da barragem da Samarco Mariana, Minas Gerais - Brasil

Um dos maiores desastres ambientais do país, poluiu o Rio Doce por mais de 300 km, destruindo aldeias, provocando deslocamentos e impactando a sobrevivência e a economia das populações ribeirinhas. O Movimento de Atingidos por Barragens e a Articulação Internacional de Atingidos pela Vale denunciaram a gravidade do caso, exigindo responsabilidades da empresa e compensações para os afetados.

Movimento Capão Xavier Vivo contra a exploração de ferro Nova Lima, Minas Gerais - Brasil

A mina de exploração de ferro Capão Xavier apresenta importante impacto ambiental: ameaça uma área de preservação ambiental e uma bacia hidrográfica responsável pelo abastecimento de água de 320 mil pessoas. O Movimento Capão Xavier Vivo denuncia esta situação por meio de relatórios para a defesa do direito à água dos habitantes da região.

*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

Fonte: Elaboração própria com base no Environmental Justice Atlas, 2018.

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE LUTAM CONTRA O EXTRATIVISMO

A água que Deus me deu / Eu preciso cuidar, / Se eu desperdiço a água, / outros de sede morrerão, / água de lagos e rios, / agua de céu e mar, / você é presente divino, / você é vida universal.

Elva Del Carpio Merino. Membro da Frente de Defesa Ambiental de Cajamarca.

Por que a criminalização dos movimentos sociais?

Hoje, América Latina e Caribe é a região mais perigosa para se posicionar contra o modelo de desenvolvimento extrativista e lidera o número de defensoras/es da terra e ambientalistas assassinadas/os. As/os assassinadas/os são principalmente camponeses, indígenas, afrodescendentes e mulheres, com mais probabilidades de repressão no caso da combinação destas condições. As formas de criminalização incluem o silenciamento das mobilizações, protestos e denúncias contra os impactos do extrativismo, fazendo uso de diversos tipos de violência, ameaças, detenções arbitrárias, complexos processos legais que supõem altos custos para os atores sociais envolvidos, chegando ao assassinato das lideranças desses movimentos.

Pensar em criminalização de protestos e ativismo social significa pensar no papel do Estado no conflito analisado e suas relações com as empresas privadas. A interação entre os atores públicos e privados se verifica a partir do grande poder exercido pelos entes privados sobre o Estado, que, para impor os projetos do extrativismo ou ocultar seus efeitos nocivos, recorrem à corrupção e acordos secretos. Desse modo, como mostram os dez casos representados no mapa, é cada vez mais nítida a utilização de força militarizada – incluindo o exército e grupos armados a serviço das multinacionais – no processo de repressão a movimentos sociais ambientalistas na região. A partir destas premissas, vejamos em maior detalhe a criminalização dos movimentos no caso do megaprojeto Yanacocha.

A criminalização dos movimentos sociais no marco do megaprojeto Yanacocha e Conga

Yanacocha é a maior mina de ouro da América Latina e a segunda maior do mundo, e por um bom tempo a mais rentável também. Pertence majoritariamente à empresa estadunidense *Newmont Mining*, que comece suas operações em Cajamarca, Peru, na década de 1990.

A proporção deste megaprojeto é tão grande que ela não se resume a uma única localidade: o complexo mineiro se estende por 250 quilômetros quadrados e produz anualmente mais de oitenta e cinco mil quilos de ouro. A exploração do ouro gera decisivos impactos na vida dos habitantes locais: o principal diz respeito à contaminação da água, levando à reivindicação da população de parar o processo de extração, de fazer uma consulta popular acerca da atividade da *Newmont Mining*, e de permitir a participação

da população no lucro obtido pela retirada do ouro de suas terras.

A atuação da *Newmont Mining* é expansiva. A empresa, com apoio do Estado por meio da expropriação, vem comprando terras de residentes a preços extremamente baixos, impactando na cultura e no modo de subsistência das populações locais, que se encontram em situação de desamparo. Um nome que se tornou conhecido foi o de Máxima Acuña, que desde 2011 teve sua vida transformada pelo projeto Conga, outro megaprojeto da companhia. Agredida fisicamente e processada judicialmente, recentemente a suprema corte peruana reafirmou o direito dela e sua família sobre suas terras. Em 2014 ocorreu um fato representativo da política peruana quanto às demandas sociais. Seis pessoas foram detidas (Andrés Fernández Castrejón; Jeremías Rodríguez Vargas; Marcos Tocas Rodríguez; Nortberto Medina; Waldir Medrano Toscano; Fredy García Becerra – este último fora candidato à câmara municipal) a caminho de uma assembleia comunitária sobre a poluição do lago Conga. Organizações de direitos humanos se pronunciaram denunciando irregularidades no processo.

Em 2012, durante um protesto contra o projeto Conga, José Antonio Sánchez Humán foi a quinta vítima fatal do conflito, além da prisão do líder do movimento “Tierra y Libertad” Marco Arana. Segundo a ONG Grufides, a polícia nacional do Peru possui o direito de trabalhar para empresas privadas em suas horas livres como compensação por seus baixos salários. Na região, muitos trabalham para Yanacocha. As populações locais de Cajamarca encontram-se em estado de vulnerabilidade diante da violência das empresas e do Estado pela disparidade de forças, sendo vítimas de assassinatos, processos judiciais, agressões físicas e ameaças. Contudo, como nos casos representados no mapa, para superar tais entraves, recorre-se a novas formas de mobilização para além dos tradicionais protestos e passeatas em ruas e na porta dos campos de mineração. Tem-se percebido a busca de mobilização através de redes de movimentos sociais e algumas ONGs, com o objetivo de receber apoio legal, bem como de se visibilizar a criminalização do conflito e suas demandas.

SAIBA MAIS:

OCMAL – Observatório de Conflitos Mineiros de América Latina (<https://www.ocmal.org/>)

Frente de Defesa Ambiental de Cajamarca (<http://fdaccajamarca.blogspot.com.es/>)

Máxima Acuña (<https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/blog/historia/articulo/el-caso-de-maxima-acuna/>)

Movimento Tierra y Libertad (<https://tierraylibertad.lamula.pe/>)

ONG Grufides (<http://www.grufides.org/>)

Documentário “Open Pit” sobre o projeto de Yanacocha (<https://vimeo.com/50059350>)

Entrevista sobre as prisões de 2012 (<https://youtu.be/Py8OL48VZyo>)

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM LUTA CONTRA A MINERAÇÃO

*Conflitos que provocaram a criminalização das lutas e resistências, por local**

Resistência à aquisição de terras
pela canadense MagSilver
Buenaventura, Chihuahua - México

A aquisição de terras para a extração mineral por parte da empresa MagSilver sem o consentimento da assembleia da comunidade, como obriga a lei, gerou um importante conflito com os habitantes locais. Na escalada de violência, dois ativistas foram assassinados defendendo um rio local de uma exploração ilegal da empresa El Cascabel, subsidiária da MagSilver.



Projeto Fenix de exploração de níquel —
El Estor, Izabal - Guatemala

O conflito acontece ao redor da exploração de níquel e aquisição de terras na região, levando a uma série de processos referentes às empresas envolvidas, com a interferência de diversas organizações internacionais. A violência levou ao assassinato de Adolfo Ich, em uma disputa pela terra porseguidas do projeto mineiro.

Tolupanes contra a mineração de antimônio —
Norte de Honduras, El Yoro - Honduras

Os Tolupanes são um povo indígena com mais de 5.000 anos de existência que se opõe aos projetos extrativistas, reclamando a sua livre determinação e o direito a serem consultados. Pela sua oposição e protestos contra os projetos de mineração e o desmatamento, têm sido vítimas de forte repressão, com o encarceramento e assassinato de diversos líderes.

Ngöbe-Buglé contra a mineração —
Província Ngöbe-Buglé - Panamá

Os Ngöbe-Buglé são a população indígena mais numerosa do Panamá, e têm sofrido com as explorações de cobre e com a instalação de hidroelétricas em seu território. Ao mesmo tempo, têm sido vítimas de repressão, incluindo feridos e mortos durante as manifestações pela defesa do seu território.

Protestos contra o projeto Mirador da empresa Ecuacorriente —
Zamora-Chinchipe - Equador

O projeto situa-se na Amazônia equatoriana, local de alta diversidade biológica e território do povo indígena Shuar, que exige ser consultado sobre o megaprojeto. Quando a empresa selou contrato com o governo, os protestos se intensificaram, mobilizando diversas organizações sociais, mas foram duramente reprimidos.

Indígenas wayúu do Socuy contra a exploração de carvão
Mara, Zulia - Venezuela

Os povos indígenas da região lutam contra a crescente exploração mineral incentivada pelo governo. As disputas pelo território aumentaram a militarização e violência contra os wayúu, com uma forte criminalização das suas ações. O Comitê de Direitos Humanos da Guajira denunciou a repressão, o encarceramento e o assassinato de dezenas de líderes comunitários.

Consulta Popular sobre mineração
Piedras, Tolima - Colômbia

Os habitantes da cidade realizaram uma consulta popular sobre a aceitação ou não da mineração, com uma vitória massiva da não exploração, referendada pelo conselho da cidade, mas o governo da Colômbia alegou a ilegalidade do referendo. Como resultado, cresceu a militarização e violência contra os opositores do projeto, incluindo a morte do ativista César García.

Comunidade Los Caimanes contra
o projeto Los Pelambres
Salamanca, Coquimbo - Chile

O projeto é considerado a 5ª maior produção de cobre do mundo, e gerou conflitos pelo risco de contaminação das zonas agrícolas e da água. Uma ação judicial da comunidade conseguiu parar as atividades mineradoras, mas a empresa retomou as atividades. Durante as manifestações pelo respeito da decisão judicial, houve feridos e mais de 30 prisões.

Repressão da oposição ao projeto de exploração de ouro e cobre
Cajamarca e Celendín - Peru

O projeto das empresas Yanacocha (Peru) e Newmont Mining Corporation (EUA) atinge indiretamente até 16 mil hectares. A comunidade local clama por uma consulta popular sobre a implementação do projeto, bem como uma participação nos ganhos da exploração, e tem sofrido uma forte repressão policial com encarceramentos, ferimentos e mortes.

*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

ALÉM DO EXTRATIVISMO: ATIVISMO E CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

“Nós somos agroecológicos” dizem vários líderes (...) é uma maneira de ver as coisas, um modo de entender, um modo de fazer, um modo de ser, um modo de conviver orgulhosamente no campo

Ribadeneira; Robalino, 2004.

Por que a construção de alternativas?

Na América Latina e Caribe emergem com cada vez mais força a resistência e as lutas dos povos atingidos. Estas lutas não constituem apenas formas de oposição aos projetos de crescimento econômico baseados na exploração dos recursos naturais, mas questionam a gênese e as características do modelo de desenvolvimento atual e hegemônico, considerado ocidental, de caráter extrativista e defendido tanto por governos progressistas quanto conservadores. Como resultado, estas resistências defendem os direitos da natureza, da Pacha Mama e a necessidade de construir alternativas – como o **Sumak Kawsay** ou *Bom Viver* – que recuperem valores e saberes tradicionais e permitam a emergência de formas de vida sustentáveis que coloquem no centro das discussões as pessoas, seus interesses e seu bem-estar.

As alternativas construídas em Intag

Intag faz parte do município de Cotacachi e da província de Imbabura, na zona norte da região andina equatoriana, na qual convivem populações indígenas – Kichwa Otavalo –, afrodescendentes e mestiças. Em termos geográficos, a região forma parte de duas das zonas biológicas mais importantes do mundo: os Andes Tropicais e a Tumbes-Chocó-Magdalena. Paralelamente, Intag está na fronteira da Reserva Ecológica Cotacachi Cayapas, a área protegida e zona de conservação mais importante dos Andes ocidentais do Equador.

Entre as riquezas de Intag, destaca-se a presença de importantes reservas de cobre e molibdênio que têm provocado o interesse de exploração por parte de empresas locais e internacionais e uma longa história de luta e resistência dos habitantes locais para declarar seu território livre de mineração. A exploração de cobre em Intag começa nos anos 1990, por parte de *Bishimetal*s da corporação Mitsubishi. O projeto surgiu sem informar a população e sem licenças legais, mas após a forte oposição comunitária e das organizações sociais e ambientais como *Defensa y Conservación Ecológica de Intag* – que incluiu a ocupação e destruição do acampamento mineiro –, assim como de um estudo sobre o impacto ambiental do projeto, apresentado em 1996, a exploração foi suspensa. Entre 2003 e 2004, as concessões foram cedidas pelo governo equatoriano à empresa mineira canadense *Ascendant Cooper*, também com diversas irregularidades, sem participação comunitária e com forte repressão das organizações contrárias. Contudo, a partir da pressão social, o projeto foi interrompido em 2007. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma forte consciência ambiental na região e surgem empreendimentos cooperativos

e alternativos à mineração, como a *Asociación Agroartesanal de Caficultores Río Intag* e diversos projetos de apicultura, piscicultura, produção de biogás, artesanato e turismo comunitário. Em 2000, o governo local aprova também uma lei municipal que declara a Cotacachi município “Cantón Ecológico”, o primeiro da América Latina, proibindo a mineração e outras atividades não compatíveis com a conservação dos recursos naturais.

Por outro lado, em 2008 o Equador aprova uma nova Constituição, a primeira Carta Magna do mundo que reconhece os direitos da natureza. O texto estabelece o objetivo de alcançar o *Bom Viver* através do respeito dos direitos humanos, coletivos e da natureza. Neste contexto, em 2008, com significativo protagonismo da sociedade civil, é criado um “Mandato Minero” que, como consequência do uso da violência sobre as comunidades e a compra fraudulenta de terras na região de Intag, retira as concessões mineiras à empresa canadense *Ascendant Cooper*. Não obstante, em 2009, durante o governo do Presidente Rafael Correa, considerado progressista, é aprovada a *Ley de Minería*, que concede ao Estado equatoriano a possibilidade de realizar novas concessões em nome do “interesse nacional” e cria a *Empresa Nacional Minera*. Em 2012, o Estado equatoriano concede as licenças para a exploração mineira à empresa estatal chilena CODELCO por meio do projeto estatal Llurimagua e garante a execução do projeto, reprimindo com violência física e sanções judiciais a oposição das comunidades locais. Desde então, as/os moradoras/es da região continuam lutando de forma pacífica para manter seu território livre de mineração e gerar novas alternativas. Elas/es apelam à Constituição, que reconhece os direitos da natureza e o direito à resistência no caso de violação de direitos constitucionais, assim como a necessidade de consulta às comunidades locais sobre projetos que possam afetar seu ambiente e formas de vida.

SAIBA MAIS:

DECOIN – Defensa y Conservación Ecológica de Intag (<http://www.decoin.org>)

AACRI – Asociación Agroartesanal de Caficultores Río Intag (<http://www.aaci.com/>)

Coordinadora Zonal de Intag (<http://cordinadorazonalintag.blogspot.com.br/p/intag.html>)

Documentário “Sitió y ocupación de Intag” (<https://www.youtube.com/watch?v=iceMcsakm6c>)

Projeto fotográfico “La resistencia a la minería en el Ecuador” (<http://www.planv.com.ec/miradas/la-resistencia-la-mineria-el-ecuador>)

Constituição do Equador, 2008 (http://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf)

Movimiento Regional por la Tierra – Estudio de caso Ecuador. Intag. Historia de una Luz (<http://porlatierra.org/docs/ff-f0858311230b7bb7ccc22e3ddaf659.pdf>)

RIBADENEIRA, J.; ROBALINO, L. (2004): Intag. Vivir en los Andes Occidentales de Cotacachi: agroecología y agricultura campesina. Proyecto FOES, Intag. Quito: Abya Yala.

ALÉM DO EXTRATIVISMO: ATIVISMO E CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

*Conflitos que levaram a propostas alternativas, por local**

Protestos ambientalistas em 1970 contra a ALCOA San Isidro del general, Pérez Zeledón - Costa Rica

A pressão local e internacional conseguiu o fim dos contratos com a empresa ALCOA e a proibição deste tipo de contratos foi incluída na Constituição, garantido o direito dos cidadãos de desenvolver formas sustentáveis de sobrevivência. A luta pela proibição da exploração mineral representa um dos momentos mais importantes na história do movimento ambientalista da Costa Rica.



Práticas tradicionais dos Bribri contra a mineração Limón, Talamanca - Costa Rica

Como resultado da forte pressão do povo indígena Bribri e o apoio de organizações locais e internacionais, a exploração na região foi suspensa a favor da manutenção das formas de vida e práticas tradicionais deste coletivo.

Cooperativas contra a mineração em Intag Cotacachi, Imbabura - Equador

A forte pressão local e internacional, com ampla participação de povos indígenas e afrodescendentes, suspendeu o projeto de mineração. Em alternativa, criaram cooperativas agro-artesanais, de turismo comunitário e de pequenas represas capazes de cobrir a demanda local. A luta das comunidades continua pelas ameaças de retorno da mineração à região.

Santuário Nacional de Tabaconas e cooperativas contra a mineração Província San Ignacio, Cajamarca - Peru

O região é uma zona com uma significativa riqueza de fauna e flora. Mediante forte pressão e luta, as comunidades, com apoio de movimentos locais e religiosos de base, obtiveram a suspensão dos projetos de mineração e criaram formas de subsistência alternativas, como as cooperativas de café orgânico e a peregrinação religiosa ao santuário da região.

Agricultura familiar contra o projeto de mineração Achachucani Challapata, Oruro - Bolívia

Com a forte pressão das comunidades e, especialmente dos grupos de mulheres, o projeto foi suspenso a favor da manutenção de formas de vida comunitárias baseadas na agricultura familiar e criação de gado.

Desenvolvimento local sustentável contra a mina de ouro Meridian Esquel, Chubut - Argentina

A população local, com o protagonismo da Assembleia de Vizinhos Autoconvocados, lutou contra o projeto de mineração até a realização de um referendo em 2003, no qual triunfou a oposição ao projeto, a criação de um plano de desenvolvimento local sustentável e a conservação de práticas e formas de vida tradicionais da região.

Movimentos de Ngöbe-Buglé contra a mineração Província Ngöbe-Buglé - Panamá

Mediante a forte oposição aos projetos de mineração, protagonizados pelo movimento indígena e, particularmente, pelas mulheres do movimento, o projeto foi suspenso e a população local obteve uma legislação que reconhece a validade e necessidade de proteção das suas formas de vida e práticas de subsistência tradicionais.

Sustentabilidade contra a mina de ferro-níquel em Loma Miranda La Vega, Província de La Vega - República Dominicana

O projeto de mineração foi suspenso graças à forte reivindicação das comunidades locais, apoiadas por atores nacionais e internacionais. Em alternativa, foi concebida uma nova legislação favorável ao meio ambiente e criada a área protegida de Loma Miranda, que fomenta formas sustentáveis de sobrevivência para os habitantes locais, como o turismo.

1000 km

Parque Nacional na Cadeia de Montanhas Gandarela contra a mineração de ferro Raposo, Minas Gerais - Brasil

A oposição à mineração do projeto de extração de ferro executado pela Vale foi muito ativa. Com o apoio de diversos atores locais e internacionais, as comunidades e movimentos em luta conseguiram criar o Parque Nacional Gandarela, com formas de turismo comunitário.

Turismo alternativo na Sierra de la Ventana Província de Buenos Aires - Argentina

A oposição e a luta dos habitantes locais, com o apoio de diversos movimentos nacionais, obteve a suspensão das concessões e exploração da zona. Como resultado, foi criada Lei da Paisagem Protegida de Interesse Provincial, permitindo a emergência na região de projetos de turismo alternativo e comunitário e outras atividades mais sustentáveis.

*Não especificamos uma data exata dos conflitos tendo em vista o caráter histórico e estrutural de alguns deles, que podem existir há décadas, adotando diversas faces ao longo do tempo. O mapa inclui, portanto, conflitos recentes e outros mais antigos, mas que têm desdobramentos até hoje.

CONCLUSÕES

*Contra a morte, exigimos a vida.
 Contra o silêncio, exigimos a palavra e o respeito.
 Contra o esquecimento, a memória.
 Contra humilhação e desprezo, dignidade.
 Contra a opressão, a rebeldia.
 Contra a escravidão, a liberdade.
 Contra a imposição, a democracia.
 Contra o crime, a justiça.*
 Exército Zapatista de Libertação Nacional, “Entre la luz y la sombra”, México, 2014.

Desde o GRISUL estamos analisando as formas e características do modelo de desenvolvimento extrativista, assim como suas origens e difusão nos países da América Latina e Caribe. O extrativismo caracteriza historicamente os territórios da região e, apesar da Independência dos países colonizadores, de projetos como a estratégia de Industrialização por Substituição de Importações para diminuir a dependência econômica e da aplicação de diversos modelos econômicos, o capitalismo extrativista é hoje o modelo de desenvolvimento hegemônico e está se impondo, em diversas modalidades, em todos os países da região.

No começo do século XXI, a chegada ao poder de governos progressistas em diversos países alimentou a esperança dos movimentos sociais e de setores críticos com este modelo. A eleição de candidatos opositores ao neoliberalismo e ações como a elaboração de novas Constituições (na Bolívia e no Equador) que reconheceram a plurinacionalidade, os direitos da natureza e acolheram as propostas do *Bom Viver* ou *Sumak Kawsay* confirmaram o otimismo inicial. Entretanto, apesar dos ingressos gerados pelo boom das commodities a partir de 2003, que permitiram a criação de vários programas sociais, estes governos se aliaram com o capital transnacional promovendo projetos desenvolvimentistas e não implementaram reformas estruturais para a construção de alternativas ao extrativismo. Assim, não só não se colocou em discussão este modelo, mas se favoreceu e se contribui de forma explícita para a sua consolidação, sob uma forma renovada: o neo-extrativismo. Esta nova modalidade defende a expansão da fronteira extrativa como interesse nacional, mas a diferença do modelo clássico, inclui uma maior participação e controle estatal, ao passo que prevê políticas sociais e outros mecanismos compensadores para diminuir os efeitos nocivos dos projetos extrativistas. Como resultado, mais uma vez as economias latino-americanas experimentaram processos de reprimarização -com o aumento das exportações de produtos primários-, e aprofundaram sua inserção global subordinada e sua dependência, desta vez não só em relação às economias centrais, mas também a China e outros países emergentes. Essa expansão do extrativismo está tendo consequências irreversíveis sobre os territórios e seus habitantes, que continuam protestando e resistindo a esse modelo de desenvolvimento na região.

Neste cenário, decidimos visibilizar, em primeiro lugar, os impactos que os projetos extrativistas geram sobre a natureza e as pessoas. Em segundo lugar, a partir do enfoque do

Ecologismo dos Pobres e da Justiça Ambiental, evidenciamos os conflitos provocados pelo extrativismo, assim como as lutas e resistências dos movimentos sociais e grupos atingidos pelos efeitos deste modelo. Examinamos 259 conflitos provocados pelo extrativismo que contrapõem diversos atores. Por um lado, os Estados e as empresas privadas, sobretudo multinacionais, que colaboraram em parcerias público-privadas ou cooperaram na promoção de um modelo que os beneficia, criminalizando e reprimindo as populações que rejeitam os efeitos do extrativismo e provocando, muitas vezes, sua expulsão dos territórios e seu deslocamento forçado. Por outro lado, as populações atingidas que lutam contra os impactos negativos de cunho econômico, social, político e cultural deste fenômeno e resistem contra seu avanço, defendendo suas escochas e formas de vida. Não obstante, consideramos a complexidade do fenômeno e a heterogeneidade de atores que o caracteriza, evidenciando não apenas o papel das multinacionais dos países do Norte, mas também as do Sul, com especial destaque para a brasileira Vale, pela importância que vem adquirindo na região. Destacamos também que, na violência que sofrem as populações atingidas, participam cada vez mais grupos paramilitares e redes do crime organizado. A violência, ameaças, processos e assassinatos cometidos por estes atores fazem da América e Caribe o lugar mais perigoso do mundo para ser ativista meio ambiental ou defensor da terra.

Pelas características históricas da América Latina e Caribe, os efeitos do extrativismo assumem maiores proporções quando se trata da vida de camponeses, mulheres, indígenas e afrodescendentes. Elas/es são protagonistas na oposição à chegada e expansão dos projetos extrativistas nos seus territórios, mas com frequência suas ações têm sido ignoradas pelo etnocentrismo, o colonialismo interno, o racismo e a cultura patriarcal que caracteriza nossas sociedades. Por isso, nosso propósito foi mostrar que elas/es não são atores passivos, mas sujeitos ativos e em primeira linha com múltiplas formas de luta e resistências, mas também com propostas alternativas para a defesa da Pacha.

Por todas as razões levantadas, em contraposição à defesa do modelo extrativista como único caminho para assegurar o bem-estar das populações, visibilizamos as alternativas formuladas a partir dos saberes e cosmovisões dos povos da região. Estas propostas, em constante ameaça pelo avanço do extrativismo, são projetos em construção coletivos, heterogêneos, inclusivos e ecológicos que partem das necessidades e desejos das/os habitantes e incorporam aspectos não tradicionais para o desenvolvimento de matriz ocidental como a participação e a cooperação comunitária, os direitos da natureza e da terra ou considerações sobre a felicidade, como no modelo de *Bom Viver* ou *Sumak Kawsay*.

Com este trabalho almejamos contribuir à compreensão da região, colocando em destaque as disputas de sentido pelo desenvolvimento, os conflitos gerados pelo extrativismo e as lutas e resistências das populações latino-americanas e caribenhas, ao passo que buscamos gerar análises que nos permitam construir horizontes emancipadores para todas/os as/os habitantes da região.

EM POUCAS PALAVRAS...

CAUSAS DE CONFLITO

Entre as principais causas que provocam conflitos estão: a exploração e processamento de minérios; violações de direitos humanos, violação do direito à água; contaminação, mudanças climáticas, despejos e deslocamentos forçados, desmatamento, ameaças à saúde, violação de territórios indígenas, direitos e propriedade da terra, defesa da biodiversidade e da Pacha Mama, violência e militarização dos territórios, etc.

RESULTADOS DE CONFLITOS

Podem ser positivos ou negativos para as lutas sociais:

Resultados positivos para as comunidades (conseguem parar os projetos extrativistas) quando: decisões judiciais apoiam a justiça ambiental ou aplicam a regulação existente para proteger os territórios e suas populações; realização de referendos que forçam a paralisação das atividades extrativistas; direito a compensações; mudanças institucionais e legislativas favoráveis; realização de estudos de impacto ambiental; ativa participação cidadã; criação de redes de solidariedade transnacional; criação de projetos alternativos; forte mobilização popular, etc.

Resultados negativos (as comunidades se vêm desamparadas) quando: fortes parcerias público-privadas, corrupção, criminalização, repressão e violência contra os ativistas, decisões judiciais apoiam as atividades extrativistas, concessões e apoio governamental para as atividades; deslocamentos forçados; assassinatos; graves consequências ambientais dos projetos, etc

ASSASSINATOS

Em 2017, segundo Global Witness, América Latina foi a região com o maior número de assassinatos de pessoas que defendem o meio ambiente: 116 de um total de 197 (ou seja quase 60% do total mundial!), muitas das quais estavam lutando contra o extrativismo.

Brasil continua sendo o país mais perigoso, com 46 assassinatos, seguido de Colômbia (32), México (15), Peru (8) e Nicarágua, Honduras, Guatemala, Argentina, República Dominicana e Venezuela.

Quase 40% das vítimas eram indígenas... Berta Cáceres e Isidro Baldenegro López, ativistas que ganharam o Prêmio Goldman do meio ambiente, são duas referências das lutas da região que foram assassinadas.

A imensa maioria dos assassinatos continuam impunes... Os principais responsáveis pelos assassinatos são latifundiários, diretores e funcionários de empresas de mineração, mineradores ilegais, agentes de segurança privada, forças de segurança estatais, paramilitares, etc.

CRIMINALIZAÇÃO DOS PROTESTOS

Além do assassinato, outras técnicas são utilizadas para criminalizar e silenciar os defensores da Pacha Mama: ameaças de morte, assédio, intimidações, prisões, detenções arbitrárias, violência, agressões sexuais, sequestros, espancamentos, deslocamentos forçados, campanhas difamatórias, processos judiciais, etc.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Alguns dos impactos ambientais provocados pelas atividades extrativistas: poluição e redução da qualidade da água, poluição do ar, desertificação, geração de lixo contaminado, perda de biodiversidade (vida selvagem, agro-diversidade), insegurança alimentar (pelos danos à agricultura familiar e local), aquecimento global, degradação paisagística, contaminação do solo, erosão do solo, desmatamento e perda de cobertura vegetal, danos aos sistemas hidráulicos e geológicos, conectividade ecológica, etc.

ATORES ENVOLVIDOS NOS CONFLITOS

Os principais atores envolvidos nos conflitos, com diversas posições e alianças, são:

Privados: empresas mineradoras, mineradores ilegais, agentes de segurança privada, paramilitares, redes de narcotráfico, crime organizado, etc.

Públicos: governos nacionais, congresso, ministérios e secretarias (meio ambiente, indústria, mineração, trabalho, água, etc.), tribunais, forças de segurança do Estado, autoridades locais, defensorias, etc.

Sociais: camponeses, artesãos, pastorais, movimentos sociais, sindicatos, grupos de mulheres, religiosos, comunidades indígenas, afrodescendentes, centros de pesquisa, conselhos locais, defensores de direitos humanos, organizações ambientalistas, ONG, tribunais populares, redes de atingidos/as, etc.

Organismos internacionais: Banco Mundial, Corte Ibero-americana de Direitos Humanos, organismos das Nações Unidas (ACNUR, OIT, FAO, ONU Mulheres, etc.), tribunais internacionais, etc.

FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Os atores sociais utilizam várias estratégias de mobilização: protestos de rua, manifestações, bloqueios, campanhas de boicote, ativismo mediático, reclamações e petições, campanhas públicas, greves, ocupações, petições de estudos de impacto ambiental, alianças internacionais, criação de redes transnacionais de afetadas/os, denúncias e ações judiciais, exigência de consultas prévias, realização de relatórios, atividades artísticas e criativas (teatro, murais, documentários etc), realização de pesquisas comunitárias participativas (pesquisa militante), referendos, etc.

CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

As lutas sociais não só resistem aos projetos extrativistas; também propõem atividades alternativas para a economia local, como são: geração de nova legislação ambiental (defesa da biodiversidade, proteção de territórios, criação de reservas e parques naturais, etc.), elaboração de políticas públicas participativas, proibição das atividades de mineração, apoio a atividades produtivas e de subsistência sustentáveis (agricultura e pesca familiar, turismo comunitário, artesanato, etc.), criação de cooperativas, respeito às culturas e formas de vida tradicionais, proteção de territórios indígenas e de comunidades afrodescendentes, melhorias nas condições trabalhistas, etc.

DEDICATÓRIA

Às que lutam pela defesa da nossa Pacha Mama

Às lideranças reprimidas e assassinadas por lutar pela terra e os recursos naturais

*As lutas se desprezam e invisibilizam porque para os que tem poder político e econômico
são um mau exemplo. Inspiram a luta emancipatória dos povos e demonstram que sim
são possíveis outras formas de vida que protegem o planeta. Isto é contrário ao projeto
de dominação hegemônica que se impõe em todo o mundo e que pretende saquear os
recursos estratégicos dos povos*

Berta Cáceres.

Líder do povo indígena Lenca e ativista meio ambiental hondurenha assassinada em 2016 por lutar, durante mais de 20 anos, pelos direitos do seu povo e das mulheres e por defender a justiça ambiental e alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente.

<http://bertacaceres.org>

CONTEÚDO

I. Introdução:	Desenvolvimento e movimentos sociais na América Latina e no Caribe.....	2
2. Meio ambiente:	Impactos do extrativismo sobre o meio ambiente	4
3. Migrações:	Extrativismo e deslocamentos forçados	6
4. Mulheres:	Lutas e resistências das mulheres	8
5. Povos indígenas:	Lutas e resistências dos povos indígenas	10
6. Afrodescendentes:	Lutas e resistências dos afrodescendentes	12
7. Empresas:	Extrativismo e empresas multinacionais: o caso da Vale	14
8. Criminalização:	Criminalização dos movimentos sociais que lutam contra o extrativismo	16
9. Alternativas:	Além do extrativismo: ativismo e construção de alternativas	18
10. Conclusões	20
II. Índice e referências	22

REFERÊNCIAS

Sítio web consultado:

EJATLAS Environmental Justice Atlas (2016) Portal que reúne conflitos ambientais de diversa tipologia. Faz parte do projeto *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade* (EJOLT), sob a direção de Joan Martínez Alier e Leah Temper e a coordenação de Daniela del Bene da Universidade Autônoma de Barcelona e o Institute of Environmental Science and Technology (ICTA). <http://ejatlas.org/>

Bibliografia de referência:

- ACOSTA, A. (2016): *O Bom Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos.* São Paulo: Editora Autonomia Literária -Elefante.
- BAMBIRRA, V. (2013): *O capitalismo dependente latino-americano.* Florianópolis: Insular.
- BRINGEL, B. e ECHART MUÑOZ, E. (2017): “Imaginarios sobre el desarrollo en América Latina: entre la emancipación y la adaptación al capitalism”, *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, v. 39, p. 9-24.
- BRINGEL, B. e ECHART MUÑOZ, E. (2015): “Movimientos sociales, desarrollo y emancipación”, en Sotillo, José Ángel (Dir.): *Antología del Desarrollo*, Madrid: IUDC/La Catarata, p.573-670.
- DAZA, M.; HOETMER, R. e VARGAS, V. (2012): *Crisis y movimientos sociales en Nuestra América: cuerpos, territorios e imaginarios en disputa.* Lima, Programa Democracia y Transformación Global, p. 397-408.
- DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA, J. (Org.) (2017): *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.* São Paulo: Elefante Editora.
- DOS SANTOS, T. (1998): *A Teoria da Dependência. Balanço e Perspectivas*, Niterói: Editora Insular.
- ECHART MUÑOZ, E. (2017): “Movimientos de mujeres y desarrollo”, In: *Género y desarrollo: cuestiones clave desde una perspectiva feminista.* Madrid: IUDC-Los Libros de La Catarata, p. 131-159.
- ECHART MUÑOZ, E. (2017): Uma visão crítica da Cooperação Sul-Sul: práticas, atores e narrativas. *CADERNOS DO CEAS*, v. 241, p. 392-417, 2017.
- ESCOBAR, A. (1996): *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo.* Bogotá: Norma.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. (1963): “Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo”, *América Latina: Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, VI (3), Rio de Janeiro.
- GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO (2011): *Más allá del desarrollo. Quito: EdicionesAbyaYala / Fundación Rosa Luxemburg.*
- MARTÍNEZ ALIER, J. (2007): *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização.* São Paulo: Contexto.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2008): “De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana”, em: CECENA, Ana Esther (coord.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación.* Buenos Aires: CLACSO.
- OXFAM (2016): *Tierra, Poder y Desigualdad em América Latina.* OXFAM Internacional.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2004): *O desafio ambiental.* Rio de Janeiro: Record.
- QUIJANO, A. (2000): “El fantasma del desarrollo en América Latina”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Vol. 6 Nº 2 (mayo-agosto), pp. 73-90.
- RIVERA CUSICANQUI, S. (2010): *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.* Buenos Aires: Tinta Limón.
- STAVENHAGEN, R. (1981 [1965]): “Siete tesis equivocadas sobre América Latina”. *Sociología y Subdesarrollo*, México, Nuestro Tiempo, pp. 15-84
- SVAMPA, M. (2008): *Cambio de época: movimientos sociales y poder político.* Buenos Aires: CLACSO / Siglo XXI.
- VILLARREAL, VILLAMAR. M. (2017): “Replanteando el debate sobre migraciones y desarrollo. Nuevas direcciones y evidencias”. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*, v. 25, n.51, p. 181-198
- WALLERSTEIN, I. (2006): *Análisis de sistemas-mundo. Una introducción.* Madrid : Siglo XXI Editores

O que é o extrativismo? Por que América Latina e Caribe é a região mais perigosa do mundo para defensoras/es da terra, líderes e ativistas meio ambientais? Quais são os impactos do extrativismo sobre comunidades de atingidos, mulheres, indígenas e afrodescendentes? Como elas/es se posicionam perante este processo e quais são suas lutas e reivindicações? Que papel desempenham no extrativismo os Estados, as empresas multinacionais e outros atores? Existem alternativas ao extrativismo? Estas são algumas das perguntas que "Pacha: defendendo a terra. Extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe" tenta responder. Visibilizando o protagonismo das comunidades atingidas pelo extrativismo, queremos também mostrar a multiplicação de alternativas ao desenvolvimento que geram diversas estratégias pela defesa da terra e as formas de vida tradicionais, assim como a criação de novos paradigmas como o Bom Viver, derivados dos saberes e perspectivas dos povos da região.

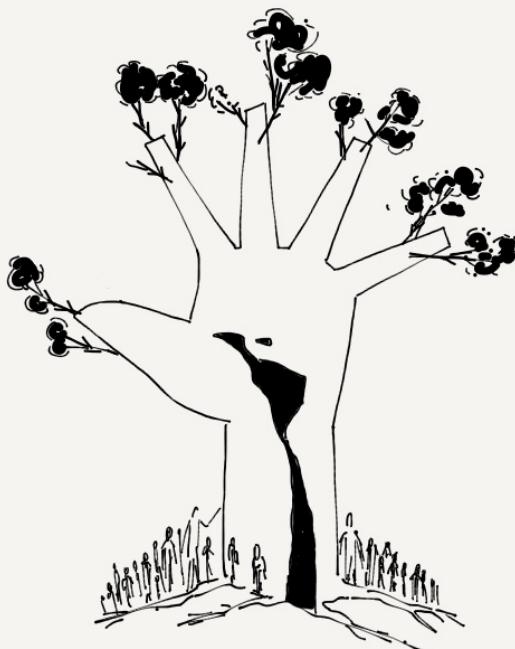


Imagen: Matheus Ribeiro

Elaboração de conteúdos:

Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL/UNIRIO), Escola de Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Coordenadoras:

Enara Echart Muñoz e María del Carmen Villarreal Villamar

Pesquisadoras/es:

Bruna Soares de Aguiar, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Liara Farias Bambirra, Juliana Pinto Lemos da Silva, Henrique Fonseca Correia, Patrícia Porto de Barros, Paula Duarte, Roger Lucas Correa Martins, Seimour Pereira de Souza Filho, Natália Pasetti, Gabriella Teixeira da Fonseca e Larissa Thomaz Coelho.

Elaboração de mapas:

Ateliê de Cartograña do LABMUNDO:
Niury Novacek Gonçalves de Faria e Nadhine Hentzy Stellet da Silva

Coordenação do Ateliê de Cartografia do LABMUNDO e diagramação:

Rubens de Siqueira Duarte (bolsista posdoc INCT-PPED)

ISBN: 978-85-92920-05-0

Edição: Périplos, Rio de Janeiro, 2018

Maiores informações:

GRISUL:
<http://www.grisulunirio.com/>

Escola de Ciência Política da UNIRIO:
<http://www.unirio.br/ccjp/cienciapolitica>

Licença Creative Commons: CC BY NC

Com apoio de:

